

● FUTEBOL

‘Vitória’ à tangente vai dar impugnação

ORLANDO DRUMOND
odrumond@dnoticias.pt

A Assembleia Geral Extraordinária, ontem, do Clube Desportivo Nacional (CDN) acabou com ânimos exaltados e alguma contestação, sobretudo no momento da polémica votação do único ponto da ordem de trabalhos que atribui poderes à direcção de alienar o capital social detido directa e indirectamente pelo clube no CD Nacional, Futebol SAD até ao limite permitido por lei. A proposta passou por um voto.

Depois de mais de hora e meia de discussão, nalguns casos mais inflamada, os cerca de 60 sócios presentes na Praça de Sócios do Estádio da Madeira, eram chamados ao momento decisivo: a votação. O voto de ‘braço no ar’, numa primeira votação, sem que dois elementos da Mesa se tenham manifestado em qualquer intenção de voto, terá sido um ‘chumbo’, com 31 votos contra, 30 votos a favor e uma abstenção. Contudo a reviravolta haveria de surgir nos instantes depois, para revolta de praticamente metade dos presentes e gritos de “vergonha” a ecoarem da Assembleia, enquanto pelo menos dois sócios abandonavam a sala indignados. Em causa uma nova contagem dos votos, com mais dois a favor dos elementos da Mesa, que alegadamente não terão formalmente manifestado de forma expressa essa intenção (levantado o braço) no momento da votação. Resultado final, 32 a favor, 31 contra e uma abstenção.

Estava ‘entornado o caldo’ com muita contestação à mistura pelo volte-face na contagem realizada já com muitos sócios ausentes.

Pouco minutos depois, Rui Alves, o presidente da direcção, assegurava que a votação decorreria com total transparência. “Quem contou os votos não contou com a Mesa, que



Pouco mais de 60 sócios participaram na assembleia geral do CD Nacional. FOTOS HELDER SANTOS/ASPRESS

também são sócios e também têm direito a voto. Portanto tinha excluído os membros da Mesa e ao adicionar, foi reparado. O resto são ‘fait divers’”, afirmou.

De resto, não se mostrou surpreendido, nem com as muitas críticas que ouviu, nem com o resultado que quase reprovada a sua proposta.

“Não tive surpresa nenhuma em relação aos acontecimento”, afirmou, por entender que nestas assembleia a parte afectiva retira “racionalidade” aos que pensam apenas como sócio.

“A minha obrigação é pensar na sustentabilidade futura do clube” porque “neste momento as condições são difíceis” devido sobretudo ao “desencaixe estratégico da política em relação ao desporto profissional, nomeadamente ao futebol”, disse.

Sobre as seis condições que defendeu na proposta da direcção, nomeadamente que a alienação do capital social detido directa e indirectamente da SAD do Nacional seja feita a partir do site Transfermarkt, expli-



PROPOSTA FOI APROVADA COM 32 VOTOS A FAVOR, 31 CONTRA E UMA ABSTENÇÃO

cou que trata-se apenas de ter um valor de referência, na certeza que “o Nacional e o seu líder, se puder vender por 100, não vai vender por 50”.

Reafirma que esta atribuição de poderes à Direcção de alienar o capital social “é só para proteger a instituição de uma hipótese de solução que possa aparecer”. Para já, garante que “não existe absolutamente



nada”. Admite mesmo que esse eventual investidor “pode não existir nunca. O que nós não queremos passar é uma situação como alguns clubes passaram de que com negócios fechados as assembleias reprovaram. Reprovaram e, entretanto, os clubes foram definhando”, recorda.

Criticou a “ignorância” manifestada pelo sócio e ex-candidato à presidência do CDN, Daniel Meneses, que classificou a votação de “golpe de teatro”, para concluir que, “infelizmente, alguns sócios continuam a brincar porque não têm responsabilidade nenhuma, continuam a brincar na sua ignorância”, disse.

Consciente que tal como a sua, “todas as lideranças são contestadas”, Rui Alves foi categórico em afirmar: “Interessa é ganhar”. Assegura que “a instituição é que ganhou, porque o que se ia passar a seguir, se a votação fosse ao contrário, estes senhores é que ia tomar conta disto, isso é garantido”, afirmou, ao admitir que se demitiria caso a sua proposta tivesse sido ‘chumbada’.

Daniel Meneses: “Golpe de teatro”

Agastado com a reviravolta ocorrida durante a contagem dos votos, estava o sócio Daniel Meneses.

“Após a votação feita, e feito o apuramento em que Rui Alves perdeu esta proposta que é escandalosa e vergonhosa, foi feito um ‘golpe de teatro’, com a recontagem que já deu a aprovação da proposta por um voto”, manifestou à comunicação social à saída da Assembleia.

O sócio que foi adversário de Rui Alves nas últimas eleições para a presidência do clube, garante que a proposta apresentada pela direcção é “um logro” por ser um autêntico “cheque em branco” ao que diz ser um contrato de arrendamento.

Avaliação pelo site Transfermarkt

A direcção do Clube Desportivo Nacional apresentou seis condições para que possa alienar o capital social detido directa e indirectamente pelo clube no Clube Desportivo Nacional, Futebol SAD até ao limite permitido por lei. Desde logo, que a alienação do capital social detido directa e indirectamente pela SAD do Nacional seja feita a partir do site Transfermarkt para a mesma, à data dessa alienação e que o adquirente parcial do capital da SAD celebre contrato de ‘cessão de utilização’ do Complexo Desportivo do Nacional na parte necessária ao desenvolvimento da sua actividade pelo valor mínimo mensal de 20 mil euros.

A estas duas condições, acresce que a manutenção das instalações e pagamento do fornecimento de água luz e gás seja da responsabilidade da SAD na proporção correspondente à sua utilização, que o protocolo a celebrar entre o clube e SAD emergente da alienação parcial do capital social imponha a obrigatoriedade de em momento algum a SAD alterar a sua sede, que o Estádio da Madeira se mantenha como palco de realização dos jogos disputados na condição de visitado em todas as competições realizadas, e a obrigatoriedade de manter as cores do equipamento e os símbolos do clube, conforme estipulado nos estatutos.

Contestação deve acabar em protesto

Há forte contestação ao resultado oficial da votação do único ponto que fez aquecer a Assembleia Geral Extraordinária do CD Nacional, ao início da noite de ontem, no Estádio da Madeira.

É que além do volte face na contagem dos votos (braço no ar), que inicialmente havia sido de 30 votos a favor, 31 votos contra e uma absten-

ção, entrou na contagem de ‘última hora’ os dois membros da Mesa, a quem foi atribuído votos a favor, o que fez inverter o resultado final, que passou para 32 votos a favor, 31 contra e uma abstenção.

A juntar a este imbróglio, o sócio número 507, Duarte Câmara, quando se apresentou à entrada da Assembleia, foi impedido de entrar

por alegadamente não ter as quotas em dia. Procedimento que regularizou de imediato, através de pagamento online. Acontece que a funcionária de serviço no controlo dos sócios, alegando ordens superiores, informou o dito sócio que na mesma não estava habilitado a marcar presença na Assembleia, porque as quotas em atraso deveriam ser pa-

gas até às 18h (hora inicialmente agendada para a Assembleia) e presencialmente.

Entende este sócio que houve ilegalidade da parte do Clube ao não permitir assistir à Assembleia quando tinha as quotas em dia à hora do início da mesma. Acabou por permanecer no exterior da ‘sala’ até final da assembleia.

VOTAÇÃO